



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10979 - Resumo Expandido - Trabalho - 4ª Reunião Científica da ANPEd Norte (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 09 - Trabalho e Educação, Ensino Médio e Ed. Técnica e Tecnológica

OS INSTITUTOS FEDERAIS UMA NOVA INSTITUCIONALIDADE: DESAFIOS E CONTRADIÇÕES

Francislene Rosas da Silva - UFAM - Universidade Federal do Amazonas

Arminda Rachel Botelho Mourão - UFAM - Universidade Federal do Amazonas

Agência e/ou Instituição Financiadora: FAPEAM

OS INSTITUTOS FEDERAIS UMA NOVA INSTITUCIONALIDADE: DESAFIOS E CONTRADIÇÕES

1 INTRODUÇÃO

A implantação dos Institutos Federais (IFs) preconiza uma nova concepção de institucionalidade na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT) brasileira, possibilitando a expansão regionalizada e a interiorização dessa rede de instituições nas diferentes regiões e localidades do território brasileiro.

A nova institucionalidade se dá a partir da criação da Lei 11.892/2008 que institui uma nova configuração à educação profissional brasileira, marcada como um dos pilares de destaque na política governamental, onde os antigos CEFETS (Centros Federais de Educação Tecnológica), as Escolas Técnicas Federais (ETFs), as Escolas Agrotécnicas Federais (EAFs) e as Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais foram transformados em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Essa nova reconfiguração da rede federal com a implantação dos IFs é permeada por contradições e desafios que são vivenciados na atuação profissional nessa nova conjuntura organizacional. Esse estudo se justifica pela relevância de compreendermos os principais desafios e contradições vivenciados na prática pedagógica no âmbito dos IFs e por serem escassas as pesquisas nessa área.

Diante disso, objetiva-se com este estudo discutir os principais desafios e contradições vivenciados nos Institutos Federais a partir da nova institucionalidade. Dessa forma a problemática consiste em analisar “Quais os desafios e contradições vivenciados pela nova institucionalidade no âmbito dos Institutos Federais?”

A discussão nos permite uma análise dos movimentos históricos, sociopolíticos que marcaram a consolidação dos Institutos Federais (IFs), sintetizando que a nova institucionalidade dos IFs caracterizada pela política de expansão trouxe avanços educacionais significativos em termos de desenvolvimento regional e inserção social, embora existam limitações e desafios para a materialização das ações políticas-educacionais que atendam as finalidades de sua criação.

2 METODOLOGIA

O presente estudo fundamenta-se na abordagem qualitativa de caráter descritivo, sendo exploratória em sua definição utilizando-se da análise crítica e contextualizada da pesquisa bibliográfica não sistemática (ROTER, 2007) a respeito da temática em (publicações em periódico e livros) realizada na base de dados Google Acadêmico em artigos publicados entre os anos de 2010 a 2022 com o uso do descritor “Institutos Federais” e documental (HELDER, 2015) com a consulta aos documentos oficiais e legislações publicadas no site do Ministério da Educação (MEC).

A pesquisa assume os pressupostos do materialismo histórico dialético, pois entende-se que a pesquisa deve apoderar-se da matéria, analisando suas diferentes formas de desenvolvimento, buscando investigar minuciosamente a conexão existente e suas mediações com a realidade em uma perspectiva histórica. (MARX, 2017). A dialética marxista compreende o objeto, a realidade e a vida em sua conjuntura, se caracterizando através da mediação que apreende, revela e expõem a estrutura, o desenvolvimento e a transformação social (FRIGOTTO, 2004, p.77).

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Historicamente, as instituições que formam hoje a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica são originárias, em grande parte, das dezenove escolas de Aprendizizes Artífices instituídas pelo decreto presidencial nº 7.566/1909, no governo de Nilo Peçanha, que mediante inúmeras mudanças e avanços históricos, políticos, econômicos e sociais culminaram com a criação dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia em 2008, a partir da reconfiguração das Escolas Técnicas Federais já existentes.

A partir do governo de Lula ocorreu a reconfiguração da rede de educação profissional e tecnológica que visava a consolidação de reformas educacionais requeridas para o avanço

econômico, como estratégia de ação política e de transformação social.

Neves; Pronko (2008) destacam que no governo Lula concentrou-se esforços na implantação de duas reformas educacionais que se destinam a reestruturação da formação para o trabalho complexo, buscando viabilizar a formação de intelectuais urbanos e as reformas da educação superior e da educação tecnológica.

Para Silva e Terra (2013), a implantação dos IFs visava contemplar os planos de expansão buscando atender três dimensões: social, geográfica e de desenvolvimento. Como discute Conde *et. al.* (2016) a dimensão social buscava promover o desenvolvimento econômico, atendendo a um grupo de 100 cidades com mais de 80 mil habitantes, com baixa renda per capita e com percentual elevado de extrema pobreza. A dimensão geográfica visava a interiorização e universalização da Educação Profissional e Tecnológica - EPT - atendendo municípios ou microrregiões com mais de 50 mil habitantes. A dimensão do desenvolvimento tinha por objetivo que os novos *Campi* fossem em municípios com arranjos produtivos locais e que contribuíssem para o desenvolvimento social e econômico dessas localidades. As dimensões social, geográfica e de desenvolvimento estabelecidas pelo MEC visavam atender as regiões e localidades menos favorecidas, contribuindo para minimizar as desigualdades sociais e regionais.

A nova institucionalidade dos Institutos Federais tornou-se responsável por agregar ciência, trabalho e tecnologia na construção de cidadãos emancipados e conscientes de seu papel na sociedade, fazendo desta instituição um foco para a política pública de transformação social através da educação, impulsionando-a para um novo patamar em relação a sua função social, principalmente no que diz respeito ao mundo do trabalho.

Como destaca Pacheco (2020) a nova institucionalidade deve atender aos fundamentos estruturantes da ação dos Institutos Federais nos quais baseiam-se: a verticalidade, transversalidade e territorialidade. A verticalidade compreende oferta simultânea de cursos e formações em diferentes níveis e modalidades da educação profissional e tecnológica. A transversalidade diz respeito ao diálogo entre ensino, pesquisa e extensão e entre as disciplinas, cursos, instituição e sociedade. E a territorialidade compreende o compromisso com o desenvolvimento soberano sustentável e inclusivo de seu território de atuação.

Embora os Institutos Federais estejam pautados em uma política governamental que representa uma revolução na educação profissional, ocasionando avanços educacionais significativos nos quais podemos destacar: a interiorização, o acesso à educação as classes menos favorecidas, a dinamização do processo educativo que possibilita aos discentes o acesso à educação básica até os cursos de pós-graduação na mesma instituição, a contribuição para a qualificação de profissionais docentes (licenciados e tecnólogos) nos cursos de licenciatura, tecnologia e pós-graduação e profissionais técnicos nos cursos (subsequente, integrado e concomitante) para inserção no mundo do trabalho buscando atender as necessidades e os arranjos produtivos locais.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia atravessam inúmeros desafios e contradições na consolidação de suas ações políticas e educacionais. Nesse sentido, destacamos alguns elementos desafiadores e contraditórios evidenciados a partir da nova institucionalidade dos IFs presentes nos estudos de autores como: Oliveira; Silva (2012), Souza; Castioni (2012), Santos (2018) e Pacheco (2020).

Oliveira; Silva (2012) destaca como desafio nos IFs a necessidade de ampliação dos espaços de formação, afirmando a carência de incentivos da pesquisa sobre a própria prática como espaço de auto formação, a ampliação das discussões acerca da formação docente nos programas de pós-graduação e da formação continuada institucional com implantação de políticas de formação continuada para a docência no Ensino Superior e na Educação Profissional no interior das universidades e dos Institutos Federais.

Souza; Castioni (2012) traz uma reflexão a respeito da criação da identidade e da estrutura organizacional dos Institutos Federais que, mesmo possuindo um modelo legal, enfrentarão forças culturais e políticas em sua jornada. Evidencia como desafio o desenvolvimento com a sustentabilidade na formação de capital social, praticando a inovação, sendo necessário refundar as disciplinas buscando a transdisciplinaridade e a intersetorialidade, colocando o território como expressão das nossas ações, promovendo uma educação profissional e tecnológica em favor do desenvolvimento local e regional.

Segundo Santos (2018) um dos grandes desafios dos institutos é romper com a fragmentação no ensino, buscando atender a indissociabilidade entre a teoria e a prática numa perspectiva de formação omnilateral tendo o trabalho como princípio educativo. Em relação ao Ensino Médio integrado o autor ainda destaca que nos institutos federais ainda não há clareza sobre como implementar o currículo integrado, abordando a relevância da realização de programas de formação docente, além de cursos para as equipes pedagógicas e gestores dessas instituições buscando ações para a sua efetiva integração.

Pacheco (2020, p.19-20) apresenta como principal problemática dos Institutos Federais a formação de uma nova cultura institucional, pois os institutos se diferem da universidade, e destaca os seguintes elementos como desafiadores no âmbito dos IFs: consolidar um novo conceito institucional; limitação a respeito da compreensão entre educação integral, ensino médio integrado, formação humana integral (omnilateral) e politécnia por parte de seus servidores; dificuldade no desenvolvimento de ações relacionadas ao desenvolvimento indissociáveis entre ensino, pesquisa e extensão; aprofundamento de debates sobre os cursos de licenciaturas e tecnologias; integração com a sociedade e as demais redes de ensino; certificação dos saberes não formais; democratizar o acesso e formação permanente de técnicos e docentes.

Outro fator de destaque com a nova institucionalidade dos IFs refere-se à verticalização, onde o mesmo docente atuará em diferentes níveis e modalidades, buscando a integração da educação básica à educação profissional e superior desenvolvendo o tripé:

ensino, pesquisa e extensão como preconiza a lei 11.892/2008:

As funções do professor de EBTT estão definidas na lei de criação dos IFs, no artigo 6º, ao estabelecer que os IFs devem ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades. Com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional; desenvolver a educação profissional e tecnológica; promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior; otimizar a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão (BRASIL, 2008).

Esta característica de atuação verticalizada em uma instituição híbrida tem forte impacto sobre o trabalho docente, sobre a organização pedagógica e é parte da reordenação cognitiva da força de trabalho que esfacelam a formação do trabalhador.

Nesse sentido, o governo ao criar as instituições híbridas desfoca o debate sobre a reforma do ensino técnico, a formação de professores e as graduações tecnológicas. De outro lado, se observa a precarização do processo de qualificação do trabalhador, pois o modelo de formação dos IFET está centrado no modelo de competências, que reforça a desqualificação, progressiva e relativa.

Com essa nova reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional no Brasil, a partir da criação dos Institutos Federais em 2008, adota-se um novo formato de trabalho que associado à hibridização institucional (oferta de vários níveis de ensino em única instituição), ocasiona a fragmentação e a intensificação do trabalho docente no ensino verticalizado que estão envolvidos na polivalência, versatilidade, flexibilidade que exige do trabalhador múltiplas competências para execução de suas atribuições. Tais fatores ocasionam impactos na atuação docente, causando intensificação em sua jornada e conseqüentemente, a precarização do seu trabalho.

Portanto, se evidencia inúmeras críticas a institucionalidade dos IFs, sendo necessário maiores investimento por parte do governo para a materialização desta proposta, buscando melhoria nas condições de infraestrutura, na formação e qualificação do corpo docente que atua num contexto fragmentado e precarizado que oferta o ensino em diferentes níveis e modalidades, a capacitação dos técnicos e das equipes de gestão institucional, possibilitando também a formação continuada dos professores bacharéis e em início de carreira, onde tais barreiras evidenciadas precisam ser superadas, através de alternativas que viabilizem políticas de formação dos profissionais que atuam nas referidas instituições.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Com base nas discussões apresentadas e mediante a análise dos estudos dos

pesquisadores aqui elencados, conclui-se que o modelo institucional dos Institutos Federais se constitui em formato diferenciado que provocou grandes avanços na política educacional de educação profissional no país, com a criação e ampliação de novo campus, a interiorização da educação nos lugares mais longínquos do país abrangendo todas as regiões do território brasileiro, focalizando os arranjos produtivos locais e regionais, buscando ofertar uma educação pública de qualidade.

Faz-se necessário refletir sobre a importância das políticas de formação dos profissionais que atuam nos Institutos Federais, de forma que se construam e estabeleçam identidades e o sentimento de pertencimento, buscando a superação da subordinação e da reprodução do ideário de uma educação voltada apenas para atender os interesses imediatos do capital.

De acordo com as questões desafiadoras e contraditórias vivenciadas nos Institutos Federais Conde *et al* (2016) destaca que a materialização da proposta dos IFs, contudo, exige um investimento constante na formação dos quadros docentes, na carreira profissional, nas condições de permanência dos alunos, no incentivo a pesquisa, na tessitura mais acurada entre oferta e as demandas do território, na ampliação da oferta e numa articulação mais profunda que garanta um real ensino médio integrado.

Desse modo, entendemos que o processo de configuração e expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e a criação dos IFs mesmo com suas limitações e enfrentando críticas trouxe consideráveis e viáveis benefícios à sociedade, embora apresente fatores limitantes para a concessão de suas finalidades decorrentes do novo arranjo produtivo institucional, das políticas estaduais e de inúmeras fragilidades sobre essas instituições, sendo necessário, portanto, maior engajamento, acompanhamento, monitoramento por parte das ações governamentais para consecução de melhores resultados qualitativos buscando a valorização dessas instituições de educação básica técnica e tecnológica, bem como promovendo ações de desenvolvimento profissional.

Palavras-chave: Desafios. Contradições. Institutos Federais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto 7.566 de 23 de setembro 1909.** Cria nas capitais dos Estados da Republica Escola de Aprendizes e Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Diário Oficial da União: seção 1. Rio de Janeiro, RJ, 26 set.1909, p.6975.

_____. **Lei n. 11. 892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Governo Federal, 2008a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.html. Acesso em: 29 set. 2014.

CONDE, S. C. de O.; ARAÚJO, J. J. C. N.; RAMOS DE SOUZA, J. E.; MOURÃO, A. R. B. Os Institutos Federais em três dimensões de análise. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S. l.], v. 1, n. 10, p. 2–11, 2016. DOI: 10.15628/rbept.2016.3463. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/3463>. Acesso em: 29 jun. 2022.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Juventude, trabalho e educação no Brasil. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. (org.). **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

HELDER, R. R. **Como fazer análise documental**. Porto: Universidade de Algarve, 2006.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: Livro1**. Tradução de Rubens Enderle, 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley; PRONKO, Marcela Alejandra. **O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado: da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008. Capítulo 2 (Os Organismos Internacionais e as Mudanças na Formação para o Trabalho Complexo no Brasil de Hoje, p. 91-140).

OLIVEIRA, V.S de; SILVA, R. de F. Ser bacharel e professor: dilemas na formação de docentes para a educação profissional e ensino superior. **Holos**, v. 2, p. 193-205, 2012.

PACHECO, Eliezer. Desvendando os Institutos Federais: identidade e objetivos. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 4, n. 1, p. 4-22, 2020.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem** [online]. 2007, v. 20, n. 2 pp. v-vi. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>. Acesso em: 16 Fev. 2022.

SILVA, A. R.; TERRA, D. C. T. A expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e os desafios na contribuição para o desenvolvimento local e regional. In: **I Seminário Nacional de Planejamento e Desenvolvimento**, Curitiba, 2013.

SANTOS, F. A. A. Institutos federais: expansão, desafios e diretrizes educacionais. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**. Mossoró, v. 4, n. 12, 2018.

SOUZA, Eda Castro Lucas; CASTIONI Remi. **Os Institutos Federais: os desafios da institucionalização**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.